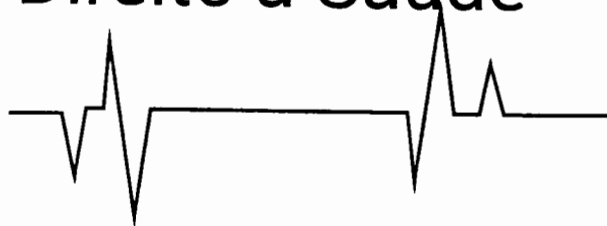


Vinícius Castro

# Constitucionalismo e Direito à Saúde



O mal-estar do ativismo judicial

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2018

Copyright © 2018 by Vinícius Castro

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

1142388

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

C355c

Castro, Vinícius.

Constitucionalismo e direito à saúde : o mal-estar do ativismo judicial /  
Vinícius Castro. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2018.  
208 p. : il., tabelas ; 23 cm.

Bibliografia : p. 175-200.

ISBN 978-85-519-1001-6

1. Direito Constitucional. 2. Direito à Saúde. 3. Ativismo Judicial. 4. Judicialização da Saúde. 5. Neoconstitucionalismo. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

Introdução .....	1
I. Aspecto estrutural da obra .....	7
1. Constitucionalismo e (Direito à) Saúde .....	11
1.1. Novo direito constitucional brasileiro e (Direito à) saúde .....	14
1.2. Modelos de Sistemas de Saúde .....	26
1.3. (Direito à) Saúde .....	32
1.3.1. Medical Law (Direito Médico) .....	39
1.3.2. Public Health Law (Direito da Saúde Pública) .....	39
1.3.3. Health Care Law (Direito das Prestações de Saúde) .....	39
2. A dinamização sistêmica do Direito à Saúde .....	41
2.1. Perspectiva global .....	41
2.2. Perspectiva Brasil .....	50
3. A Judicialização da Saúde .....	57
3.1. O problema e sua dimensão no Brasil .....	65
3.1.1. Opiniões contrárias à judicialização da saúde: .....	78
3.1.1.1. Princípio da separação dos poderes e legitimidade política dos poderes Executivo e Legislativo para definirem políticas .....	78
3.1.1.2. Racionalização da administração pública .....	87
3.1.1.3. Argumento do “tiro pela culatra” .....	95
3.1.1.4. Argumento da reserva do possível no orçamento público .....	98
3.1.1.5. Argumento da isonomia ou equidade .....	103
3.1.2. Opiniões favoráveis à Judicialização da Saúde: .....	107
3.1.2.1. Princípio moral – Dignidade da Pessoa Humana .....	107

3.1.2.2. Argumento nacionalista – contra a importação da doutrina da reserva do possível. ....	108
3.1.2.3. Neoconstitucionalismo – da Constituição depreendem-se direitos subjetivos, exigíveis judicialmente. ....	112
3.1.2.4. Argumento da ponderação de princípios. ....	113
4. O estilo de atuação da função jurisdicional e o Ativismo Judicial .....	119
4.1. Sistemas common law e civil law.....	119
4.2. Discricionariedade Jurídica .....	125
4.3. Marcos do sistema do Brasil .....	130
5. Os argumentos do ativismo judicial na Saúde diante do contexto de Direito Constitucional Brasileiro.....	137
5.1. A atividade jurisdicional contra legem no Direito Constitucional da Saúde no Brasil .....	159
6. Conclusão .....	165
Bibliografia .....	175